

Há dezesseis anos, em dezembro de 1980, 32 brasileiros, entre políticos, militares, professores, advogados, jornalistas e escritores, preocupados com a situação econômica do País e o que consideravam destruição do patrimônio nacional, conclamaram, em manifesto, o povo a reagir em defesa dos interesses do Brasil e de seu futuro como Nação.

Muitos destes signatários pareciam acreditar que a redemocratização do País, a consolidar-se com a eleição de presidentes civis, após o governo do então presidente Figueiredo, conteria o processo de desnacionalização e de ocupação do parque industrial brasileiro pelas grandes empresas transnacionais.

Elegeram-se, então, a partir de 1985, os presidentes civis Tancredo Neves (que não se empossou por motivo de saúde), substituído pelo vice-presidente José Sarney, ambos pelo voto indireto; e, pelo voto popular, Fernando Collor (afastado do governo por impeachment, quase três anos após empossar-se), substituído pelo vice-presidente Itamar Franco; e o atual presidente Fernando Henrique Cardoso.

De todos esses presidentes, ninguém foi mais enfático e esteve mais engajado com as causas expostas nesse manifesto do que o presidente FHC. Não se trata de afirmação baseada em critérios subjetivos, mas rigorosamente objetivos e concretos: FHC foi um dos 32 brasileiros que subscreveram o documento em defesa do patrimônio do Brasil.

Mudanças

O que leva um homem público a mudar tão radicalmente de opinião quanto o atual presidente, em 16 anos? A imprensa divulgou, há tempos, declaração atribuída a FHC, segundo a qual ele teria pedido que esquecessem tudo o que escrevera. Tais palavras, postas na boca de um sociólogo, com tinturas socialistas, e chefe de um governo eleito por maioria absoluta de votos, no primeiro turno das eleições de 1990, chocaram os brasileiros. Em entrevista à "Folha de S. Paulo", este ano, FHC acentuou, no entanto, que jamais disseira o que lhe fora atribuído.

Na prática, porém, embora não goste que o chamem de neoliberal, o ex-socialista aderiu ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que, juntamente com outros neoliberais, alguns deles também recentes, acusava seus críticos de serem "dinossauros da estatização".

FHC, portanto, mudou. E mudar, por si só, não é mau, conforme frisou Rui Barbosa, ao explicar que evoluíra do liberalismo político para a defesa do estado de justiça social.

"De mudar – disse Rui – nem mesmo o céu, o inferno ou a morte escapam. Mudar é a glória dos que ignoravam, e sabem; dos que eram maus e queriam ser justos; dos que não se conheciam a si mesmos e já melhor se conhecem, ou começam a conhecer-se. O que no mudar se quer – conclui ele – é que não se mude para trás, nem do bem para o mal, ou do mal para pior".

Sábias palavras. Mas terá o presidente FHC mudado para melhor? Duvidase. Credita-se a FHC o controle da inflação do País, alcançado no governo do ex-presidente Itamar, de quem ele foi ministro da Fazenda. Sem o apoio do ex-presidente, jamais tal política seria implementada. Se por acaso ela fracassasse, o responsável por isso não seria FHC, mas quem o apoiara e, depois, in-

MANIPULAÇÃO

OU OPORTUNISMO



clusive, o indicou candidato à presidência da República.

Compromisso

Sob o governo FHC – que não incluíra nenhum compromisso expresso com a privatização de estatais de interesse estratégico, em seu programa eleitoral – tornou-se meta prioritária a desestatização de agências de desenvolvimento do País, como, entre outras, a

Vale do Rio Doce. Contrariamente ao que fazem os Estados Unidos e demais países desenvolvidos, FHC abriu, ainda, os rios e lagos interiores brasileiros, bem como o seu litoral, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, à exploração comercial por navios de bandeiras estrangeiras.

As diretrizes econômicas seguidas pelo Presidente são idênticas às traçadas para o Brasil pelo FMI e Banco

Mundial, nos anos 80. O que levou o signatário do manifesto de 1980 a tais mudanças?

À época, suplente eleito do então senador Franco Montoro – que se elegeria governador de São Paulo em 1982 – FHC era um dos políticos-intelectuais mais promissores do País, em termos de apoio às teses que visavam a elevar a condição social dos brasileiros. Hoje, porém, a política econômica adotada em

seu governo (uma espécie de linha auxiliar da nova ordem econômica mundial) abriu os mercados brasileiros aos países ricos. Essa imposição, largamente denunciada como exigência neocolonialista, por intelectuais que continuam fiéis aos princípios da justiça social (gente da estatura de Noham Chomsky e tantos outros), aumentou o fosso entre ricos e pobres no Brasil, produziu desemprego e elevou os índices de criminalidade. Para muitos, o País ficou a reboque dos interesses da grande potência mundial nesse fim de século, os Estados Unidos, e de suas empresas, a ponto de abdicar do direito de decidir, soberanamente, sobre as aspirações econômicas e sociais dos brasileiros.

Explicações

Mas a questão dos motivos da mudança operada na mente de FHC não se responde só com tais fatos nem com a pretensão por ele nutrida, hoje, de obter outro mandato eletivo, como presidente, em 1998. Reeleito, FHC poderia, talvez, consolidar sua política de demolição do Estado brasileiro, tão grata às potências defensoras da nova ordem econômica e que, provavelmente por isso, apóiam sua reeleição. Na tarefa de demolição do Estado, o Presidente conta com a ajuda de outro signatário do manifesto de 1980, o atual ministro da Administração, Bresser Pereira.

Dois cientistas políticos de renome internacional, estudiosos de comportamentos como os de FHC, o professor Mario Stoppino, da Universidade de Pavia, e Gianfranco Pasquino, da Universidade de Bolonha, explicam, cada qual a seu modo, porque muitos políticos, na prática, são tão diferentes da teoria. Stoppino estudou a manipulação política – a seu ver fenômeno insofismavelmente negativo e, entre todas as formas de poder, a que acarreta a mais grave condenação moral – explicando suas várias facetas.

Uma delas é a constatação de que as mensagens dos políticos procuram identificar-se com as aspirações e as crenças sociais, de determinado momento, visando à conquista de posições e apoios. Quando tal identificação, na realidade, não é verdadeira, ocorre, portanto, manipulação por **supressão ou distorção de informação** essencial, visto que o autor da mensagem não pensa, efetivamente, em cumprir o que enunciou.

Na opinião de Pasquino, a conduta de políticos que agem tendo em vista seus interesses pessoais, merece outro nome: oportunismo. É a busca do proveito pessoal, no desenvolvimento de qualquer atividade política, sem nenhuma consideração pelos princípios ideais e morais.

O oportunismo – diz ele – surge nas situações de crise ou de transição e prospera enquanto tais situações não hajam mudado e o processo político não tenha sido convenientemente institucionalizado. Esse oportunismo também contribui para a criação e permanência das situações de crise.

Portanto, leitores, decidam: o caso de FHC, consideradas as explicações de Stoppino e Pasquino – constitui manipulação ou oportunismo? Leia trechos do manifesto, publicado nesta página.

RUBEM AZEVEDO
LIMA

O MANIFESTO TRAÍDO

"Após a segunda Grande Guerra a economia mundial esteve em período de grande expansão, permitindo ao Brasil, na vigência do modelo econômico iniciado em 1956, transformar-se, excetuando-se os aspectos qualitativos, na oitava economia do mundo ocidental. Entretanto, a persistência do mesmo modelo, sem as correções que atendessem aos objetivos e às necessidades da Nação, determinou graves distorções políticas, econômicas e sociais no desenvolvimento brasileiro. Daí: a estrutura dispersa e economicamente inviável do parque industrial, retalhado entre as principais empresas multinacionais, o crescimento da dependência tecnológica e a deterioração do processo educacional, a ação dolosa contra o instituto estruturador das nações híbridas que é a universidade, o acelerado endividamento externo, as investidas sobre o setor financeiro, a ameaça à posse dos recursos energéticos nacionais, a ocupação progressiva de parcelas consideráveis do território nacional por empresas estrangeiras, o profundo processo de alienação de nossa sociedade, a inexplicável doação do subsolo brasileiro à exploração internacional colaboram em um processo inexorável de desagregação da nação brasileira..."

"O que está ocorrendo com o Brasil, entretanto, não tem precedentes na história. Não estamos sendo submeti-

dos à ação, exploratória que seja, de uma outra nação. Estamos sendo submetidos a uma pluralidade de ações econômicas e sociais comandadas por interesses imediatistas, geradas no exterior e sem quaisquer compromissos com a vida nacional.

"Essas ações, levadas a cabo com omissão displicente de brasileiros, com flagrante indiferença da opinião pública nacional, vêm se tornando cada vez mais frequentes. O descaso aos interesses nacionais com que empresas estrangeiras vêm tratando dos seus negócios no nosso País é evidenciado na leitura diária dos jornais.

"Em qualquer país emancipado não seriam sequer concebidas transações dessa natureza, envolvendo parcelas significativas do patrimônio nacional. Sentem-se os interesses estrangeiros autorizados a elaborar propostas e projetos ofensivos à dignidade nacional, porque se acostumaram à tolerância excessiva que tem caracterizado a sociedade brasileira. A negligência e permissividade com que nossa sociedade vem cuidando de seus próprios interesses autoriza o capital alienígena a apresentar propostas lesivas à economia brasileira e ofensiva à dignidade nacional.

"Todo esse conjunto de ações vem, de maneira crescente, minando o poder de barganha e de defesa dos interesses nacionais, agora já substancialmente enfraquecidos. O processo de capitula-

ção em curso é consubstanciado no início da aplicação ao nosso País de medidas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, cuja ação intervencionista retira da Nação parcela da nossa soberania.

"O objetivo do Fundo e o que ele representa é, com sua atuação no Brasil, adquirir novo poder que permita a construção de uma ordem econômica internacional ainda mais injusta que a dos últimos decênios de nossa vida..." E por aí vai o manifesto, subscrito pelos seguintes signatários: Alceu Amoroso Lima - Antônio Cândido de Mello e Souza - Antônio Carlos de Andrada Serpa - Antonio Didier Vianna - Antônio Ermirio de Moraes - Antônio Houaiss - Ariano Suassuna - Armando Pereira Peixoto - Aurélio Buarque de Holanda - Barbosa Lima Sobrinho - Caio Amaral - Carlos Guilherme Motta - Cleantho de Paiva Leite - Cyro Martins - Euler Bentes Monteiro - Evandro Paranaquá - Fernando Henrique Cardoso - Godofredo da Silva Telles - João Camarão Telles Ribeiro - José Honório Rodrigues - José Walter Bautista Vidal - Luiz Carlos Bresser Pereira - Marco Antônio Campos Martins - Paulo Duarte - Pompeu de Souza - Saturnino Braga - Rogério César de Cerqueira Leite - Rômulo de Almeida - Ruy Lopes - Sérgio Buarque de Holanda - Severo Gomes e Sinval Guazzelli.